

Brasília-DF, 04 de março de 2026

CNTI e NCST participam da abertura da II Conferência do Trabalho em SP



A **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)** e a **Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)** participaram, nesta terça-feira (3), da abertura da II Conferência Nacional do Trabalho, em São Paulo. A solenidade reuniu o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, além de outras autoridades do governo federal, marcando o início de um dos mais relevantes espaços de diálogo social e construção de políticas públicas voltadas ao mundo do trabalho no país.



Representando as entidades, estiveram presentes a presidente da NCST e secretária para Assuntos de Trabalho da Mulher, Idoso e Juventude, Sônia Zerino, o presidente da NCST-SP, Nailton Porreta, além de dirigentes da CNTI e da Central. A participação reforça o compromisso das organizações com o fortalecimento do diálogo

social, a valorização da negociação coletiva e a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Realizada de 3 a 5 de março, a II Conferência Nacional do Trabalho tem como objetivo definir diretrizes para a promoção do trabalho decente no Brasil. As etapas preparatórias, promovidas entre setembro e dezembro de 2025 nos estados e no Distrito Federal, mobilizaram as 27 unidades da Federação e consolidaram mais de 386 propostas. O encontro reúne cerca de 2.800 delegados, representantes de trabalhadores, empregadores e governo, para debater temas como modernização das relações de trabalho sem perda de direitos, enfrentamento à precarização, qualificação profissional, proteção social e os desafios das transições ecológica, digital e demográfica.



Brasília-DF, 04 de março de 2026

CNTI participa de reunião na PRT da 15ª Região para tratar de demandas sindicais



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) participou nesta terça-feira (3) de reunião na Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, em Campinas (SP), para tratar de pautas relacionadas às últimas demandas sindicais dos trabalhadores. O encontro reuniu representantes da entidade e especialistas jurídicos para discutir encaminhamentos e estratégias institucionais.



Participaram da reunião o Dr. Alberto Emiliano, procurador do MPT e coordenador da Conalis, a Dra. Zilmara Alencar, Assessora Jurídica, Eduardo Annunziato (Chicão), secretário de Educação da CNTI, Eduardo Henrique Neves, secretário regional da CNTI/Sudeste, e José Francisco Filho, diretor do Conselho Fiscal da Confederação. Durante a reunião, foram debatidas questões prioritárias do movimento sindical, com foco na defesa dos direitos dos trabalhadores e no fortalecimento do diálogo com o Ministério Público do Trabalho.

Brasil tem saldo positivo de 112,3 mil postos de trabalho em janeiro

Destaque do mês foi a indústria, que gerou 54.991 vagas



© Marcello Casal Jr / Agência Brasil

Dados divulgados nesta terça-feira (3) pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que, em janeiro, o Brasil apresentou um saldo de 112.334 mil novos postos de trabalho com carteira assinada. O resultado foi obtido com a admissão de 2.208.030 pessoas e 2.095.696 desligamentos. O Caged é um indicador que mede a diferença entre contratações e demissões.

Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, o destaque do mês foi a indústria, que gerou 54.991 postos de trabalho.

Os dados trazem ajustes, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores e que são retificadas pelo ministério.

Setores

Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em janeiro. Apenas o comércio apresentou queda de 56.800 postos, devido a sazonalidade. Os demais tiveram aumentos.

- **Serviços:** 40.525 postos
- **Comércio:** - 56.800 postos
- **Indústria** (de transformação, de extração e de outros tipos): 54.991 postos
- **Construção civil:** 50.545 postos
- **Agropecuária:** 23.0373

Regiões e estados

Em janeiro foram registrados saldos positivos em 18 das 27 unidades federativas, com destaque para Santa Catarina, com 19 mil postos de trabalho, seguido por Mato Grosso, com 18.731, e Rio Grande do Sul, com 18.421.

Fonte: Agência Brasil

Brasília-DF, 04 de março de 2026

Bolsonaristas defendem reduzir salário e direitos dos trabalhadores



Contra a redução da jornada de trabalho a bancada bolsonarista liderada pelo deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) apresentou o Requerimento nº 477/2026, solicitando a apensação da PEC 40/2025 à PEC 221/2019, atualmente em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara.

A proposta defendida pela bancada Bolsonarista altera o artigo 7º da Constituição Federal para permitir a flexibilização da jornada de trabalho, com possibilidade de redução proporcional de salário e direitos.

A PEC estabelece que o trabalhador poderá optar entre o regime tradicional previsto na CLT ou um modelo flexível por horas trabalhadas. Também prevê que o contrato individual possa prevalecer sobre acordos e convenções coletivas.

Apensação pode ampliar alcance do texto

Caso o pedido de apensação seja deferido pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a tramitação conjunta das propostas pode ampliar o alcance das mudanças.

Na prática, o deferimento do apensamento abre espaço para que os relatores — especialmente no âmbito de uma eventual comissão especial — apresentem substitutivos ou incluam novos dispositivos no texto.

Isso pode ampliar a possibilidade para alterações com destaques algo que pode desconfigurar a proposta apresentada pela deputada Érika Hilton (PSOL-SP) e Reginaldo Lopes (PT-MG) e resultar em regras prejudiciais aos trabalhadores.

Redução proporcional de salário e direitos

Pelo texto defendido pela ala Bolsonarista, caso o empregado reduza sua jornada, o salário e os direitos trabalhistas — como férias, 13º salário, FGTS e demais benefícios — serão calculados proporcionalmente às horas efetivamente trabalhadas.

Além disso, a proposta autoriza jornada flexível mediante contrato individual, respeitando o limite máximo de 44 horas semanais.

Apoio de parlamentares alinhados a Jair Bolsonaro

A proposta reúne forte apoio de deputados ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro, especialmente do PL e partidos de perfil conservador.

[Lista completa dos parlamentares que assinaram a PEC 40](#)

Fonte: Diap

Licença-paternidade de 20 dias está na pauta do Plenário nesta quarta

Freepik



O projeto de lei que aumenta a licença-paternidade de 5 para 20 dias pode ser votado pelo Plenário nesta quarta-feira (4), a partir das 14h.

Apresentado em 2008 pela então senadora Patrícia Saboya (CE), o PL 5.811/2025 foi aprovado na Câmara dos Deputados com alterações. Por isso, teve que passar mais uma vez pelo Senado, onde já foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em dezembro.

A proposta, que tem a senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) como relatora, atualiza e regulamenta um direito social previsto desde 1988, na Constituição, mas que permaneceu restrito por décadas ao prazo transitório de cinco dias.

O texto cria o salário-paternidade como benefício previdenciário e altera tanto a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) quanto leis da seguridade social para garantir tratamento mais coerente com a proteção já garantida à maternidade. O projeto também prevê a possibilidade de fracionamento da licença.

A licença será ampliada gradualmente, conforme o cronograma:

- 10 dias nos dois primeiros anos de vigência da lei;
- 15 dias no terceiro ano da lei;
- 20 dias a partir do quarto ano da lei.

O governo, o Senado e empresas participantes do Programa Empresa Cidadã já praticam a licença-paternidade de 20 dias.

Fonte: Agência Senado

Brasília-DF, 04 de março de 2026

Eleições presidenciais: a importância da prudência



Neuriberg Dias*

Nos debates que tenho feito sobre a atual conjuntura política, defendo que a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva para um quarto mandato presidencial exigirá humildade, diálogo e ampla articulação política para manter e ampliar o apoio eleitoral, especialmente por parte do movimento sindical e das forças democráticas.

O cenário é promissor e otimista como deve ser, com o atual governo apresentando melhorias significativas em comparação ao de Jair Bolsonaro, condenado à prisão por tentativa de golpe de Estado. O país teve crescimento econômico, avanços sociais, recuperação de políticas públicas, fortalecimento de programas sociais, retomada do protagonismo internacional e reconstrução institucional. Me arrisco a afirmar que o governo Lula somente não superou seus mandatos anterior e entregou mais por três razões:

1. A manutenção de uma taxa de juros elevada, limitando o crescimento econômico;
2. Um cenário internacional adverso, marcado por protecionismo e conflitos;
3. Forte polarização política e um centro político dividido, tensionando o ambiente interno.

As pesquisas eleitorais, que avaliam tanto a popularidade do presidente quanto o desempenho do governo, são cruciais para a análise do cenário eleitoral. Outros fatores que podem influenciar a campanha incluem:

1. A postura de Donald Trump em relação às eleições no Brasil;
2. A crise financeira recente, envolvendo o caso Master e suas conexões políticas;
3. O andamento da CPI do INSS no Congresso e as operações da Polícia Federal;
4. Os efeitos do Carnaval de 2026, que homenageou Lula, gerando desgaste com parte do público evangélico;
5. A definição do adversário, entre Flávio Bolsonaro e Tarcísio de Freitas, exigindo abordagens distintas na campanha;

6. As alianças com partidos de centro e centrão, que serão maioria no próximo Congresso.

Historicamente, presidentes bem avaliados que lideraram as pesquisas foram eleitos no primeiro ou segundo turno. Contudo, a prudência deve prevalecer sobre o otimismo. As eleições são influenciadas por variáveis em constante movimento. Em tempos de hiperconectividade, é essencial manter a tropa na base na rua e nas redes, consolidar alianças, ampliar o diálogo social e demonstrar que o projeto em vigor pode garantir estabilidade, mais crescimento e justiça social, marcas do governo Lula.

Em política, a história ensina que favoritismo não assegura vitória. O último presidente em mandato não reeleito interrompeu uma lógica de reeleição automática dos presidentes em exercício. E por isso não se pode subestimar os adversários. Nesse sentido, não se deve cantar vitória antes do tempo. A campanha será dura do começo ao fim.

*Jornalista, analista político e diretor de documentação do Diap.

Fonte: Diap

Economia brasileira cresce 2,3% em 2025, revela IBGE

© EBC



A economia brasileira cresceu 0,1% no quarto trimestre de 2025 na comparação com o terceiro trimestre. Com esse desempenho, o ano de 2025 fechou com expansão de 2,3%. O resultado representa o quinto ano seguido de crescimento.

O resultado do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos no país) foi divulgado na manhã desta terça-feira (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em valores correntes, o PIB brasileiro alcançou R\$ 12,7 trilhões, no ano passado. Já o PIB per capita — valor do PIB dividido pela população do país — alcançou R\$ 59.687, crescimento real (descontada a inflação) de 1,9% na comparação com 2024.

Tanto o PIB corrente quanto o per capita estão no maior patamar já calculado pela série histórica do IBGE, iniciada em 1996.

Matéria completa:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2026-03/economia-brasileira-cresce-23-em-2025-revela-ibge>

Fonte: Agência Brasil